

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL N.º 01/2011

Teste seletivo para ingresso ao quadro de estagiários de Pós- Graduação do Ministério Público do Estado do Paraná.

O Promotor de Justiça, Dr. Vilmar Antônio Fonseca, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo n.º 16396/2010, resolve:

TORNAR PÚBLICO

O presente edital, que estabelece as instruções destinadas à seleção e contratação de estagiários para atuarem junto à Primeira Promotoria de Justiça da Comarca de Paranavaí (PR) vaga nº942.

1 - **Dos requisitos:** poderão se inscrever os graduados no curso de Direito, que estejam inscritos ou cursando pós-graduação, em cujo projeto pedagógico exista previsão da realização do estágio.

2 - **Das vagas a serem preenchidas:** o(a) candidato(a) selecionado(a) ocupará a vaga existente junto à 1ª Promotoria de Justiça. A carga horária será de 6 horas diárias, de segunda à sexta-feira. Os demais aprovados formarão cadastro de reserva para eventuais vagas que venham surgir.

3 - **Do programa:** Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito Constitucional.

4 - **Das inscrições:** serão realizadas no período de **06 a 20 de abril**, na Secretaria do Ministério Público, localizada na Avenida Paraná, 1422, Edifício do Fórum, em Paranavaí-PR das 13:00 às 17:00 horas.

5 - **Da documentação necessária:** o candidato deverá anexar no momento da inscrição os seguintes documentos:

- a) Fotocópias da cédula de identidade e do CPF;
- b) Comprovante de matrícula atualizado em curso pós-graduação em direito.
- d) Ficha de inscrição preenchida com os dados do candidato para o teste, fornecida pelo órgão ministerial.

6 - **Do teste seletivo:** Será compreendido de prova escrita e entrevista, que se realizarão no Edifício do Fórum da Comarca de Paranavaí, localizado na Avenida Paranaá, 1422, Paranavaí.

a) Prova escrita destinada a avaliar a capacidade do candidato de expressar-se sobre a matéria constante do programa será realizada no dia **25 de abril de 2011**, às **14 horas**, e constará de 4(quatro) questões dissertativas que serão formuladas a partir do programa indicado. A prova dissertativa deverá ser redigida obedecendo o seguinte roteiro:

- a.1) Introdução;
- a.2) Desenvolvimento da questão;
- a.3) Considerações e/ou conclusões finais.

Obs: A prova terá duração máxima de **02 (duas) horas**; Será permitida a consulta a textos legais sem quaisquer anotações ou comentários; A estrutura textual (coesão, coerência, organização textual, paralelismo semântico, adequação vocabular, paragrafação) e o uso da língua portuguesa (ortografia, pontuação, colocação pronominal, regência, crase, concordância verbal ou nominal) integrarão a avaliação – ou seja, eventuais erros e falhas serão descontados da pontuação atribuída à resposta.

b) Entrevista: Que será realizada em data ainda não definida, a ser posteriormente comunicada aos candidatos considerados aptos. **Só estarão aptos à entrevista os candidatos que alcançarem nota mínima de 6,0 (seis) pontos na prova subjetiva.**

7 - **Nota Final:** Para a obtenção da nota final serão consideradas, com igual peso, as notas obtidas na prova eliminatória e na entrevista classificatória, mediante cálculo de média simples. O critério de desempate, caso haja notas iguais, será a maior nota na prova escrita.

8 - **Da Classificação:** Serão classificados todos os candidatos que atingirem a nota mínima: 6,0 (seis) desde que preencham os requisitos constantes deste Edital e estejam em conformidade com os dispositivos da Resolução 1952/2009, da PGJ.

Após a publicação do Edital de Classificação do teste seletivo, os candidatos classificados deverão apresentar certidão de matrícula em um dos três últimos anos ou semestres equivalentes do curso de bacharelado em Direito, reconhecidas ou autorizadas a funcionar pelo Ministério da Educação.

8 - **Dos resultados:** Os resultados da prova escrita serão afixados na Porta da Secretaria do Ministério Público (Prédio do Fórum), a partir do dia **27de abril às 14:00 horas**.
O resultado final será em dia posterior à entrevista, em data ainda a ser marcada.

A contratação do(s) candidato(s) aprovado(s) dependerá da conveniência ao Ministério Público do Estado do Paraná, bem como DA COMPROVAÇÃO DA PREVISÃO DO ESTÁGIO NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Paranavaí, 04 de abril de 2011.

VILMAR ANTÔNIO FONSECA
Promotor de Justiça